

Comunicado

Balanço Patrimonial - Hospital Regional do Vale do Paraíba - Sociedade Beneficente São Camilo

Sociedade Beneficente São Camilo
(Hospital Regional do Vale do Paraíba)
CNPJ/MF 60.975.737/0072-45

Relatório da Diretoria

Senhores, atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações financeiras referentes aos exercícios findos em 2018 e 2017.

Taubaté, 04 de abril de 2019

A Diretoria

Balanço Patrimonial (em R\$1,00)				
	31/12/2018 (R\$)	31/12/2017 (R\$)		
Circulante (Ativo)			Circulante (Passivo)	
Caixa e equivalentes de caixa	11.109.862,25	8.724.620,43	Fornecedores	8.746.440,26
Contas a Receber - Conv. e SUS	15.506.752,44	16.755.545,81	Obrigações trabalhistas	8.191.947,52
Outros Créditos	753.681,78	923.732,61	Obrigações sociais	850.134,63
Estoques	3.417.930,59	2.594.813,65	Obrigações fiscais	725.750,30
Despesas Antecipadas	8.512,81	8.070,42	Outras obrigações	7.963.407,05
Total do Ativo Circulante	30.796.739,87	29.006.782,92	Total do Passivo Circulante	26.477.679,76
Ativo Não Circulante			Passivo Não Circulante	
Realizável a Longo Prazo			Provisões para contingências	8.370.441,75
Imobilizado + Intangível	1.085.763,51	924.657,25	Total do Passivo	8.370.441,75
Imobilizado - Gestão Pública	60.240.710,07	58.445.157,09	Não Circulante	
(-) Depreciação Acumulada	(36.064.307,06)	(32.717.964,15)		
Intangível - Gestão Pública	1.010.832,30	775.371,72	Patrimônio Líquido	
(-) Amortização Acumulada	(671.639,60)	(598.395,31)	Patrimônio Social	21.335.506,82
Imob. andamento - G. Públ.	272.525,00	74.325,00	Resultado do Exercício	488.995,76
Total do Ativo Não Circulante	25.873.884,22	26.303.151,60	Total do Patrimônio Líquido	21.822.502,58
Total do Ativo	56.670.624,09	55.309.934,52	Total do Passivo + Patrimônio Líquido	56.670.624,09

Demonstrativo de Mutações em Patrimônio Social (em R\$1,00)			
Descrição	Patrimônio Social	Resultado do Exercício	Total Patrimônio Líquido
Saldo em 31/12/2016	865.223,42	8.251.682,77	9.116.906,19
Incorporação do resultado anterior	1.251.682,77	(8.251.682,77)	(1.333.494,84)
Transf. / Comodato	(8.333.494,84)	-	(1.333.494,84)
Superávit Exercício	-	5.752.982,55	5.752.982,55
Saldo em 31/12/2017	7.783.411,35	5.752.982,55	13.536.393,90
Incorporação do resultado anterior	5.752.982,55	(5.752.982,55)	-
Transf. / Comodato	(13.032,07)	-	(13.032,07)
Ajuste exer. anterior	7.812.144,99	-	7.812.144,99
Superávit Exercício	-	486.995,76	486.995,76
Saldo em 31/12/2018	21.335.506,82	486.995,76	21.822.502,58

Notas Explicativas para o Exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

1. CONTEXTO OPERACIONAL A SOCIEDADE BENEFICENTE SÃO CAMILO (Matriz), mantenedora do HOSPITAL REGIONAL DO VALE DO PARAIBA (filial), é pessoa jurídica de direito privado, entidade sem fins lucrativos, reconhecida como instituição filantrópica, com sede e foro jurídico na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, fundada em 17 de julho de 1923 e registrada no Conselho Nacional do Serviço Social, processo nº 23.065/38, em 02 de novembro de 1938. A Sociedade Beneficente São Camilo tem as seguintes finalidades: I. Prestar assistência à saúde a quantos buscarem seus serviços, sem distinção de nacionalidade, raça, credo, opinião política ou qualquer outra condição, prestando serviços gratuitos, permanentes e sem qualquer discriminação de clientela, de acordo com suas possibilidades e o estabelecido na legislação em vigor. II. Desenvolver atividades educacionais na área religiosa e da saúde, podendo, para tanto, fundar e manter escolas, faculdades e outros cursos e franquá-los a quem de direito os procurar, podendo oferecer bolsas de estudo e financiar atividades que visem o preparo de recursos humanos na área da saúde. III. Elaborar e editar material didático relacionado com suas finalidades estatutárias. IV. Prestar serviços de assistência social ao menor, através de creches e maternais. O Hospital Regional do Vale do Paraíba mantém o convênio nº 001.0500.0000362/2015 iniciado em 01/07/2015 entre a Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo e a Sociedade Beneficente São Camilo. Este é um hospital geral voltado para a média e alta complexidade, com sede na cidade de Taubaté, tendo como perfil principal o atendimento cirúrgico, contando atualmente com 249 leitos e corpo clínico com mais de 500 médicos cadastrados, o que torna referência para 39 municípios Estado de São Paulo. **2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS** 2.1. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Na preparação de suas Demonstrações Contábeis, a Entidade adotou todos os pronunciamentos e respectivas interpretações técnicas e orientações técnicas emitidos pelo CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis e aprovados pelo CFC - Conselho Federal de Contabilidade, as resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, notadamente na ITG 2002 (R1), que prescreve critérios contábeis aplicáveis às entidades sem fins lucrativos. As políticas contábeis estabelecidas na nota explicativa nº 2.2 foram aplicadas na preparação das Demonstrações Contábeis para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 e 2017. A preparação das Demonstrações Contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração efetue estimativas e adote premissas que afetam os montantes apresentados nas Demonstrações Contábeis e respectivas notas explicativas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá ser efetuada por valores diferentes dos estimados devido a imprecisões inerentes ao processo de estimativa. **2.2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS a) Caixa e Equivalentes de Caixa:** Incluem dinheiro em caixa, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata mantidas em Instituições Financeiras de primeira linha. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, que não supera o valor de mercado e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. **b) Estoques:** Os estoques são demonstrados ao Custo Médio de aquisição, inferior ou igual ao preço atual de mercado e, em geral, compreendem os materiais na operação da Entidade (materiais, hospitalares, medicamentos, materiais de consumo, etc.) **c) Outros Ativos e Passivos Circulantes e Não Circulantes:** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. Os ativos e passivos são classificados como: circulares quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. **d) Ajuste a Valor Presente dos Ativos e Passivos:** A Entidade avalia periodicamente o efeito deste procedimento e, nas Demonstrações Contábeis de 2018 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas. **e) Imobilizado:** Registrados ao custo de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e ajustes ao seu valor de recuperação (valor em uso) se aplicável. A depreciação é calculada pelo método linear às taxas que levam em consideração o tempo de vida útil estimado. **f) Apuração do resultado do exercício:** As receitas, custos e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência. **g) Patrimônio Líquido** O Grupo Patrimônio Líquido é representado pelo Patrimônio Social acrescido pelos superávit e ou diminuído pelos déficits apurados e incorporados anualmente, após deliberação em Assembleia Geral Ordinária.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/2018 (R\$)	31/12/2017 (R\$)
Caixa geral - Rec. Próprio	2.000,00	2.024,70
Contas correntes - Rec. Próprio	89,84	65,64
Aplicações financeiras - Recurso Público	3.490.236,44	4.488.778,13
Aplicações financeiras - Recurso Próprio	7.617.535,97	4.233.751,96
	11.109.862,25	8.724.620,43

Os recursos de aplicações financeiras são rentabilizados pelo Fundo de Investimento de Renda Fixa Curto Prazo Automático do Banco do Brasil, que apresentam carteira composta, isolada ou cumulativamente, por Títulos públicos federais prefixados ou pós fixados, desde que indexados e/ou sintetizados para CDI/SELIC, ou por operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais. Os títulos componentes da carteira deverão ter prazo máximo a decorrer de 375 (trezentos e setenta e cinco) dias e o prazo médio da carteira deverá ser inferior a 60 (sessenta) dias.

4. CRÉDITOS COM PACIENTES E CONVÊNIOS

	31/12/2018 (R\$)	31/12/2017 (R\$)
Créditos com Pacientes Particulares	953.632,84	796.292,65
Créditos com Pacientes Convênio	10.889.531,18	12.596.031,58
Créditos de Pacientes do SUS	6.419.316,43	6.320.082,60
(-) Perdas Est. e, Créditos de Liq. Duvidosa	(2.755.728,01)	(2.956.861,02)
	15.506.752,44	16.755.545,81

5. OUTROS CRÉDITOS

	31/12/2018 R\$	31/12/2017 R\$
Outros Créditos - Circulante		
Créditos de Funcionários	174.712,83	374.429,45
Empréstimos de Mat/Medic.	146.766,82	144.442,35
Outros Créditos	432.202,13	404.860,81
	753.681,78	923.732,61

6. ESTOQUES

	31/12/2018 R\$	31/12/2017 R\$
Estoque - Circulante		
Drogas e Medicamentos	1.478.771,80	915.318,84
Materiais de uso paciente	1.218.856,28	1.033.969,87
Gêneros Alimentícios	32.248,90	11.796,49
Produtos de Limpeza	49.869,35	62.187,45
Impressos Mat. de Expediente	18.598,08	36.571,86
Materiais de Laboratório	103.838,62	147.428,08
Materiais em Consignação	232.871,31	193.174,65
Outros Materiais	282.876,25	194.366,41
	3.417.930,59	2.594.813,65

7. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL - GESTÃO PÚBLICA

	31/12/2018 R\$	31/12/2017 R\$	Taxa Deprec Anual
Imobilizado - Gestão Pública			
Bentelorias Imóveis	29.285.699,89	29.285.699,89	4%
Terceiros	14.170.759,26	13.541.287,84	10%
Móveis e Máquinas	13.096.863,41	12.322.717,29	20%
Apar./Instrum. Medicina e Cirurgia	1.774.361,37	1.494.028,72	20%
Equipamentos Proc. Dados	145.835,01	137.404,01	20%
Equipamentos de laboratório	1.233.791,72	1.233.791,72	10%
Instalações	27.029,98	25.968,49	10%
Biblioteca	425.469,43	323.359,13	10%
Outros Imobilizados	80.900,00	80.900,00	20%
	60.240.710,07	58.445.157,09	
(-) Depreciação acumulada	(36.064.307,06)	(32.717.964,15)	
	24.176.403,01	25.727.192,94	

Demonstração do Resultado do Exercício

	31/12/2018 (R\$)	31/12/2017 (R\$)
Receitas - Saúde		
Receitas Operacionais		
Receitas - Convênios/Particulares	12 66.187.859,20	59.825.867,52
(-) Glosas - Convênios/Particulares	12 (614.981,88)	(357.690,28)
Receitas - SUS	12 68.595.218,77	63.568.203,63
(-) Glosas - SUS	12 (9.382.917,65)	(2.846.731,16)
Receitas - Conv. - Sec. Saúde	12 65.640.000,00	63.120.000,00

Gratuidades		
Custo Gratuidades Concedidas	12 52.225.766,66	45.215.970,76
(-) Isenção Gratuidades Concedidas	12 (52.225.766,66)	(45.215.970,76)
(=) Receita Operacional Líquida	190.425.178,44	183.309.649,71

Custos - Saúde		
(-) Custo dos Serviços Prestados	(173.579.092,83)	(161.719.476,97)

(-) Isenção das Contribuições Previdenciárias/Sociais		
Custo Contribuições Previdenciárias	12 13.783.497,24	12.957.481,12
(-) Isenção das Cont. Previdenciárias	12 (13.783.497,24)	(12.957.481,12)
Custo COFINS	12 7.803.155,49	7.537.271,27
(-) Isenção COFINS	12 (7.803.155,49)	(7.537.271,27)
Custo CSLL	12 43.829,62	517.768,43
(-) Isenção CSLL	12 (43.829,62)	(517.768,43)
(=) Lucro Bruto	16.846.085,61	21.590.172,74

(+/-) Despesas Administrativas		
Custos com Pessoal	(16.089.580,31)	(16.195.753,59)
Serviços de Terceiros	(356.303,95)	(327.596,78)
Materiais Médicos Reembolsáveis	(240.269,09)	(227.418,35)
Impostos, Taxas e Contribuições Gerais	(117.949,98)	(64.520,44)
	(1.137.147,86)	(1.561.532,43)
(1.095.165,58)	3.213.351,15	

(+/-) Outras Receitas e Despesas Operacionais		
Receitas com Doações	12 3.383.766,69	2.663.884,69
Receitas Diversas	12 589.259,54	735.188,33
Receitas c/ Subv. Estaduais	12 -	424.435,98
Despesas Diversas	12 (2.975.498,54)	(2.516.707,03)
(=) Resultado Antes das Receitas / Despesas Financeiras Líquidas	(97.637,89)	4.520.153,12

(+/-) Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas		
Receitas Financeiras	12 680.682,67	1.298.623,11
Despesas Financeiras	(96.049,02)	(65.793,68)
584.633,65	1.232.829,43	
(=) Superávit/Déficit do Exercício	486.995,76	5.752.982,55

Fluxo de caixa das atividades operacionais

	31/12/2018 (R\$)	31/12/2017 (R\$)
Resultado do Exercício	486.995,76	5.752.982,55
Ajustes:		
Ajustes do Exercícios Anteriores	7.812.144,99	-
Depreciação	3.419.587,20	2.453.249,25
Transferências	(13.032,07)	(1.333.494,84)
(=) Total	11.705.695,88	6.872.736,96

Redução / (Aumento) Contas a Receber / Outros créditos	1.418.844,20	(1.817.119,44)
Redução / (Aumento) Estoques	(823.116,94)	(721.147,37)
Redução / (Aumento) Despesas antecipadas	(442,39)	178,12
Redução / (Aumento) Realizável não circulante	(161.106,26)	40.693,55
(Redução) / Aumento de fornecedores	(141.674,74)	1.598.716,80
(Redução) / Aumento de Obrigações trabalhistas	248.357,45	511.335,81
(Redução) / Aumento de obrigações sociais	15.345,93	58.233,80
(Redução) / Aumento de obrigações tributárias	53.192,81	62.007,72
(Redução) / Aumento de outras obrigações	111.504,43	(1.120.114,82)
(Redução) / Aumento de exigível não circulante	(7.812.144,99)	-

Caixa Líquido vindo de atividades operacionais	4.614.455,38	5.485.521,13
---	---------------------	---------------------

(Aquisição) / Baixa do ativo imobilizado	(1.993.752,98)	(2.698.147,73)
(Aquisição) / Baixa do ativo intangível	(235.460,58)	(9.000,00)
Caixa Líquido das atividades de investimentos	(2.229.213,56)	(2.707.147,73)

Aumento / diminuição de caixa e equiv. de caixa	2.385.241,82	2.778.373,40
--	---------------------	---------------------

Caixa e equiv. de caixa no início do período	8.724.620,43	5.946.247,03
---	---------------------	---------------------

Caixa e equiv. de caixa no final do período	11.109.862,25	8.724.620,43
--	----------------------	---------------------

	31/12/2018 R\$	31/12/2017 R\$	Taxa Depreciação Anual
Intangível - Gestão Pública			
Software	1.010.832,30	775.371,72	20%
(-) Amortização acumulada	(671.639,60)	(598.395,31)	
(-) Intangível - líquido	339.192,70	176.976,41	

	31/12/2018 R\$	31/12/2017 R\$	Taxa Depreciação Anual
Imobilizações em Andamento - Gestão Pública			
Imobilizações em Andamento	272.525,00	74.325,00	0%
	272.525,00	74.325,00	

Sociedade Beneficente São Camilo (Hospital Regional do Vale do Paraíba) CNPJ/MF 60.975.737/0072-45

Relatório da Diretoria

8. FORNECEDORES

Fornecedores	31/12/2018 R\$	31/12/2017 R\$
Fomec. de Mat. e Medicamentos	3.713.292,59	3.082.065,30
Fomec. de Serviços Médicos	28.580,41	30.425,96
Fomec. de Serviços Diversos	226.512,00	219.664,69
Fomec. de Imobilização	473.244,70	132.185,27
Fomec. de Mat. Consignados	3.329.662,48	4.530.527,67
Fomec. de Mat. Diversos	976.147,99	893.256,11
Fornecedores	8.746.440,26	8.888.115,00

9. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS, SOCIAIS E FISCAIS

Obrigações	31/12/2018 R\$	31/12/2017 R\$
Ordenados a Pagar	2.949.010,52	2.698.444,19
Provisão de Férias e Encargos	5.242.937,00	5.245.145,88
Obrigações Trabalhistas	8.191.947,52	7.943.590,07
FGTS a Recolher	454.618,12	432.326,28
INSS a Recolher	302.052,93	314.391,50
INSS a Recolher de Terceiros	19.766,22	17.160,38
PIS a Recolher	73.351,52	69.853,97
Outras Obrigações Sociais	345,84	1.056,57
Obrigações Sociais	850.134,63	834.788,70
IRRF a Recolher	376.271,42	333.652,24
IRRF a Recolher de Terceiros	62.844,75	62.224,27
PIS/COFINS/CSLL a Recolher	201.655,31	198.699,36
ISS na Fonte a Recolher	84.978,82	77.981,62
Obrigações Fiscais	725.750,30	672.557,49

10. OUTRAS OBRIGAÇÕES

Outras Obrigações	31/12/2018 R\$	31/12/2017 R\$
Honorários Médicos a Pagar	6.317.671,44	6.365.857,05
Contas a Pagar	1.296.304,29	1.088.273,45
Empréstimos a Repassar	125.174,20	184.545,16
Outras Obrigações	27.648,78	22.090,41
Empréstimos de Materiais	196.608,34	191.136,55
Outras Obrigações Circulante	7.963.407,05	7.851.902,62

11. PROCESSOS TRABALHISTAS E JUDICIAIS:

Provisões constituídas para fazer frente às ações cíveis e trabalhistas que se encontram em instâncias diversas. A provisão é constituída por valores atualizados de perdas, estabelecidos pelo departamento jurídico. Em 2018 a entidade realizou a baixa de R\$ 7.812.144,99 com a revisão do prognóstico de perda pelo departamento jurídico.

Parecer Jurídico - Processos Judiciais	Risco de Perda	Valor da Causa (R\$)
Risco Remoto		3.479.172,32
Risco Possível		19.270.008,01
Risco Provável		6.849.925,69
Total		29.599.106,02
Valor Provisão		8.370.441,75

12. ATENDIMENTO À LEGISLAÇÃO DAS ENTIDADES DE FINS FILANTRÓPICOS:

A entidade mantém controles que demonstram no exercício de 2018 o cumprimento do percentual de 79,48% de atendimento à pacientes do SUS, medida por paciente-dia, cumprindo o determinado pela Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, regulamentada pelo Decreto nº 7.300, de 14 de setembro de 2010 e Decreto nº 9.242, de 23 de maio de 2014, que dispõe sobre as condições que vinculam a concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social – CEBAS a Portaria nº 834, de 26 de abril de 2016 que dispõe sobre o processo de Certificação das Entidades Beneficentes de Assistência Social na área da Saúde (CEBAS-SAÚDE).

Sistema AIIH/CIH - 2018				
Mês	AIIH SUS/Gratuitos	CIH	Total Mensal	% SUS
Janeiro	4.912	867	5.779	85%
Fevereiro	5.201	968	6.169	84,31%
Março	5.125	1.574	6.699	76,50%
Abril	4.559	1.361	5.920	77,01%
Maio	5.448	1.310	6.758	80,62%
Junho	5.066	1.356	6.422	78,89%
Julho	5.463	1.299	6.762	80,79%
Agosto	5.755	1.478	7.233	79,57%
Setembro	5.221	1.503	6.724	77,65%
Outubro	4.799	1.352	6.151	78,02%
Novembro	5.258	1.556	6.814	77,16%
Dezembro	4.285	1.144	5.429	78,93%
Total Geral	61.092	15.768	76.860	79,48%

Em atendimento às normas específicas que regem as entidades assistenciais de saúde, a demonstração de resultados reflete também os seguintes dados:

Gratuidades: representa o total de recursos aplicado no ano no atendimento à população em geral. A apuração do montante contabilizado reflete o custo efetivo dos pacientes atendidos através do SUS – Sistema Único de Saúde. Durante o ano de 2018 o montante foi de R\$52.225.766,66 e em 2017 foi de R\$45.215.970,76.

Demonstrativo das Receitas na Área da Saúde			
Discriminação	31/12/2018	31/12/2017	
Receitas do Contrato de Gestão	65.640.000,00	63.120.000,00	
Receitas do SUS	68.595.218,77	63.568.203,63	
Receitas Convênios/Particulares	66.187.859,20	59.825.867,52	
(-) Glosas SUS/Convênios/Devol.	(9.997.899,53)	(3.204.421,44)	
Doações	3.383.766,69	2.663.884,69	
Receitas Financeiras	680.682,67	1.298.623,11	
Outras Receitas Operacionais	589.259,54	735.188,33	
Outras Receitas com Sub.	-	-	
Estaduais	-	424.435,98	
Total – Base de Cálculo	195.078.887,34	188.431.761,42	
Gratuidades em Serviços de Saúde	52.225.766,66	45.215.970,76	

- Isenções das Contribuições Previdenciárias/Sociais: representa o montante das contribuições previdenciárias e tributárias apuradas no exercício que não foram pagas devido ao usufruto da isenção a que fazem jus as entidades filantrópicas, conforme a Lei nº 12.101 de 27/11/2009, Decretos nº 7.237/2010 de 20/07/2010 e nº 7.300/2010 de 14/09/2010, estando assim compostas:

Isenções Usufruidas	31/12/2018 R\$	31/12/2017 R\$
INSS – Quota Patronal	13.783.497,24	12.957.481,12
COFINS	7.803.155,49	7.537.271,27
CSLL	43.829,62	517.768,43

Total 21.630.482,35 21.012.520,82

13. CERTIFICADO BENEFICENTE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

A Entidade é portadora do Certificado Beneficente de Assistência Social na área da saúde – CEBAS/Saúde, concedido pelo Ministério da Saúde conforme Portaria MS nº 622, de 05 de julho de 2012. O Processo de renovação nº 25000.17864/2015-39 do certificado da entidade encontra-se em análise no Ministério da Saúde, órgão responsável pela análise e a decisão dos requerimentos de concessão ou de renovação dos Certificados das Entidades Beneficentes de Assistência Social que prestam serviços na área da saúde, considerando a competência conferida ao Ministério da Saúde pela Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009. Bem como, foi protocolado em 24 de setembro de 2018, tempestivamente, o processo de renovação nº 25000.16564/2018-11.

14. RECEITAS OPERACIONAIS

O Hospital Regional do Vale do Paraíba encaminha para a Secretaria de Estado da Saúde Relatório trimestral de Auditoria independente com parecer sobre a posição contabilizada das receitas procedentes de serviços alheios ao presente instrumento.

15. SUPERÁVIT DO EXERCÍCIO

Em 2018 a Entidade manteve internamente projetos de redução de custos, obtendo um bom desempenho financeiro para desenvolver suas atividades.

16. APLICAÇÕES DE RECURSOS

Os recursos da Entidade foram aplicados em suas finalidades institucionais de conformidade com o seu Estatuto Social, demonstrados pelas suas despesas e investimentos patrimoniais.

17. COBERTURA DE SEGUROS

Para atender medidas preventivas a entidade efetua contratação de seguro em valor considerado suficiente para cobertura de eventuais sinistros.

14. RECEITAS OPERACIONAIS 2018 (Receitas Alheias)													
ANO 2018	1º Trimestre			2º Trimestre			3º Trimestre			4º Trimestre			TOTAL
MESES	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	
DEMAIS RECEITAS	5.357.692,91	4.851.767,94	6.452.045,26	6.935.028,34	7.281.928,79	5.468.857,69	5.991.112,16	5.971.205,22	5.357.318,53	4.766.594,13	5.317.095,18	5.205.997,86	68.956.644,44
Particulares	40.818,21	22.569,31	28.143,26	158.805,46	39.983,31	39.997,21	147.508,67	113.367,71	85.664,05	46.693,57	44.893,76	74.779,87	843.224,33
Convênios Privados (-) Glosas	4.882.649,84	4.422.238,17	6.138.393,19	6.372.607,99	6.831.735,21	5.327.319,17	5.531.513,95	5.683.935,18	5.077.434,76	4.470.382,21	5.050.388,22	4.941.055,04	64.729.652,99
Doações Mat. Med. Imob.	434.224,86	406.960,46	285.508,81	403.614,89	410.210,27	101.541,31	312.089,54	173.902,33	194.219,72	249.518,35	221.813,20	190.162,95	3.383.766,63
RECEITAS DIVERSAS	51.973,88	37.927,04	51.515,02	44.559,21	40.905,80	60.477,00	39.483,17	54.718,15	56.594,34	49.258,01	49.885,54	51.962,38	589.259,54
Recuperações Diversas	25.724,89	21.617,33	21.896,54	21.809,54	23.457,80	21.708,56	23.502,35	23.134,40	22.954,97	23.057,96	23.165,00	20.597,40	272.626,74
Outras Receitas Diversas	10.229,80	1.076,70	6.706,63	1.046,80	1.340,06	23.768,44	980,82	1.522,10	1.167,00	11.200,05	11.720,54	15.950,17	86.709,11
Glosas Recuperadas	1.019,19	233,01	7.911,85	6.702,87	1.107,94	0,00	0,00	15.061,85	17.472,37	0,00	0,00	414,81	49.923,93
Convenio com UNITAU	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	180.000,00
RECEITAS FINANCEIRAS	71.411,87	82.590,04	82.132,83	59.029,12	53.407,73	51.486,11	62.756,33	51.521,52	46.962,06	56.848,92	38.457,87	24.078,27	680.682,63
Rend. s/ Aplic. Financeiras	18.616,76	17.214,98	21.585,85	22.451,03	28.139,67	30.342,03	34.609,85	39.758,33	37.005,42	41.840,33	36.478,05	27.833,23	355.875,51
Juros e Correções Mon.	2.152,36	0,00	12.032,25	578,96	0,00	2.346,88	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.110,44
Descontos Obtidos	50.642,75	65.375,06	48.514,73	35.999,13	25.268,06	18.797,20	28.146,48	11.763,16	9.956,64	15.008,59	1.979,82	-3.754,96	307.696,63
TOTAL POR MÊS	5.481.078,66	4.972.285,02	6.585.693,11	7.038.616,67	7.376.242,32	5.580.820,80	6.093.351,66	6.077.444,89	5.460.874,93	4.872.701,06	5.405.438,59	5.282.038,51	70.226.586,22
TOTAL POR TRIMESTRE	17.039.056,79			19.995.679,79			17.631.671,48			15.560.178,16			

Márcio do Espírito Santo - Diretor Administrativo Corporativo

Nilton Cesar dos Santos - Diretor Financeiro Corporativo

Irene Rodrigues Damasceno de Oliveira - CRC CT ISP

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores da unidade conveniada **Sociedade Beneficente São Camilo - Hospital Regional Vale do Paraíba** Taubaté-SP.

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis individuais da unidade conveniada da Sociedade Beneficente São Camilo - Hospital Regional do Vale do Paraíba ("Entidade") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital Regional do Vale do Paraíba, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras de auditoria. Nossa responsabilidade, em conformidade com tais normas, está descrita na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade Beneficente São Camilo e ao Hospital Regional do Vale do Paraíba, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou, como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da

capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Hospital Regional do Vale do Paraíba ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Hospital Regional do Vale do Paraíba são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis. Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, a omissão de registros ou a representação falsa intencional. Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de

expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. Conduzimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das conclusões significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 01 de fevereiro de 2019. GALLORO & ASSOCIADOS Auditores Independentes CRC/SP nº 00000000-00000000 Ana Maria Galloro Laporta Sócia – Diretora CRC ISP nº 00000000-00000000